

NOSSAS VOZES

Memória, resistência e futuro do movimento tifológico latino-americano

Constatações, desafios e caminhos estratégicos para o fortalecimento das organizações filiadas à União Latino-Americana de Cegos (ULAC)



LIDERANÇA



PARTICIPAÇÃO



COOPERAÇÃO



INOVAÇÃO



INCLUSÃO



UNIÃO
LATINO-AMERICANA
DE CEGOS

2026

NOSSAS VOZES

Memória, resistência e futuro do movimento tiflológico latino-americano

Descobertas, tensões e rotas estratégicas para o fortalecimento das organizações filiadas à União Latino-Americana de Cegos (ULAC)

LIDERANÇA, PARTICIPAÇÃO, COOPERAÇÃO, INOVAÇÃO, INCLUSÃO

UNIÃO LATINO-AMERICANA DE CEGOS

2026

Contenido

Introdução.....	5
Metodologia.....	5
Considerações metodológicas e alcances interpretativos.....	6
Capítulo I. Cartografia regional do movimento tiflológico latino-americano.	7
Capítulo II. Resistir organizadamente: sustentabilidade, precariedade e sobrevivência institucional.	10
Capítulo III. De memória, identidade e direitos: disputas históricas sobre o sentido do movimento tiflológico latino-americano.	16
Capítulo IV. Tecnologia, braille e desigualdade: a transição tiflotecnológica latino-americana.	21
Capítulo V. Juventudes, mulheres e novas agendas: a renovação política do movimento associativo.	26
Capítulo VI. Participar em tempos de restrição institucional: consulta, espaço cívico e organizações tiflológicas na América Latina.	30
Capítulo VII. ULAC frente ao futuro: rotas estratégicas para o fortalecimento do movimento tiflológico latino-americano.	35
Referências bibliográficas.....	37
Anexo I. Matriz regional.	40
Anexo II. Descobertas estratégicas e oportunidades de fortalecimento regional para a ULAC.....	59

Apresentação.

A União Latino-Americana de Cegos (ULAC), com fundamento no artigo 33 de seu Estatuto e no artigo 56, inciso 2, de seu Regulamento Geral, promoveu, por meio da Segunda Vice-Presidência, durante 2025 e início de 2026, o processo regional de escuta ativa denominado “Nossas Vozes”, concebido como um espaço de conversa horizontal com as organizações filiadas da América Latina.

No âmbito do Objetivo II do Plano Estratégico 2025–2028 da ULAC, voltado para o fortalecimento institucional, o “Nossas Vozes” foi concebido como um exercício de aproximação às realidades organizacionais nacionais, com o propósito de compreender os desafios contemporâneos enfrentados pelo movimento tiflológico regional, identificar oportunidades de fortalecimento e estreitar os vínculos políticos e institucionais entre a ULAC e suas organizações filiadas.

Para além de um exercício de diálogo, o “Nossas Vozes” propôs-se também como um esforço de documentação e preservação da memória organizativa, bem como uma conversa diagnóstica regional orientada a gerar insumos estratégicos para futuros processos de fortalecimento institucional.

Através dos diálogos, foram recuperadas vozes, experiências, preocupações, contradições, práticas organizativas e perspectivas diversas provenientes de organizações históricas, federações nacionais, organizações emergentes, organizações de mulheres, organizações territoriais, redes de incidência e entidades prestadoras de serviços.

Este relatório constitui uma sistematização político-técnica derivada desse processo e, de modo algum, pretende hierarquizar organizações nem emitir valorações conclusivas sobre seus modelos de trabalho. Pelo contrário, busca oferecer uma leitura regional honesta, crítica e estratégica sobre o estado contemporâneo do movimento tiflológico latino-americano.

Em nome da União Latino-Americana de Cegos, pela Segunda Vice-Presidência, estende-se um sincero agradecimento às pessoas integrantes das organizações participantes, reconhecendo o enorme valor do tempo, da confiança e da abertura dispensados ao desenvolvimento deste exercício regional de escuta ativa. Do mesmo modo, agradece-se o acompanhamento permanente da Secretaria Técnica da ULAC durante o desenvolvimento do presente processo.

Germán Emmanuel Bautista Hernández

Segundo Vice-Presidente

30 de junho de 2026

Introdução.

O movimento tiflológico latino-americano atravessa atualmente uma etapa de profundas transformações. Na data de elaboração do presente relatório, a ULAC observa com preocupação que as organizações de pessoas cegas e com baixa visão enfrentam simultaneamente importantes desafios relacionados aos seus processos de profissionalização, enfraquecimento dos esquemas tradicionais de sustentabilidade, redução da cooperação internacional, endurecimento administrativo e fiscal, aprofundamento das assimetrias decorrentes das transformações tecnológicas aceleradas e da inteligência artificial, tensões geracionais e reconfiguração das agendas de direitos humanos.

Ao mesmo tempo, as organizações resistem diante de contextos econômicos, políticos e sociais particularmente complexos, bem como frente a cenários de regressividade institucional que afetam de maneira desproporcional diversos grupos historicamente excluídos.

Os diálogos mantidos com as organizações evidenciaram também preocupações compartilhadas, tensões regionais e desafios estruturais comuns. Nesse contexto, o presente relatório busca cartografar tais tensões, descobertas e possibilidades para convertê-las em um insumo estratégico e político orientado a fortalecer a ação tiflológica coletiva nos âmbitos local, nacional e regional.

Diante desse cenário, a ULAC destaca o enorme valor da resiliência organizacional das filiadas para continuar desenvolvendo estratégias de incidência política, projetos comunitários, processos de habilitação e reabilitação, ações de inclusão laboral, alfabetização braile e digital, litígios estratégicos, produção de materiais acessíveis, formação de lideranças e construção de redes regionais de apoio mútuo.

Metodologia.

O "Nossas Vozes" desenvolveu-se entre maio de 2025 e janeiro de 2026, mediante uma série de diálogos virtuais realizados com organizações filiadas à União Latino-Americana de Cegos (ULAC), seguindo a ordem alfabética dos 18 países latino-americanos que, no momento de elaboração e execução desta metodologia de trabalho, contavam com representação ativa na ULAC, a saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Em consonância com o Objetivo IV do Plano Estratégico 2025–2028 da ULAC, relativo à gestão do conhecimento, o presente relatório documentou, por meio de

oito perguntas-guia semiestruturadas, a história organizativa, a estrutura institucional, a sustentabilidade, os desafios, as boas práticas, as necessidades de fortalecimento e as expectativas em relação à ULAC.

As perguntas utilizadas foram as seguintes:

- Como nasceu sua organização e o que a motivou a se unir ou se mobilizar?
- Que tipo de atividades realizam atualmente e com que equipe ou estrutura contam?
- Quem integra sua diretoria? Pertencem à capital ou a diferentes lugares do país?
- Consideram ser uma organização sustentável e por quê?
- Quais são os principais desafios que enfrentam hoje como organização?
- Do que se sentem mais orgulhosos e que boas práticas poderiam compartilhar com outras organizações da América Latina?
- Que apoios consideram necessários para se fortalecer, crescer ou continuar seu trabalho?
- O que esperam da ULAC e como imaginam uma relação mais próxima e útil neste novo ciclo?

O propósito dessas perguntas não foi produzir informação estatisticamente representativa nem construir diagnósticos institucionais exaustivos, mas identificar tendências, preocupações compartilhadas, experiências significativas, tensões organizativas e oportunidades de fortalecimento para o movimento tiflológico latino-americano.

Considerações metodológicas e alcances interpretativos

Os resultados devem ser interpretados à luz das características próprias do exercício realizado, pois, embora se tenha procurado contar com a participação mais ampla possível das organizações filiadas à ULAC em cada país, em diversos casos os diálogos foram desenvolvidos com uma representação parcial do ecossistema organizacional nacional. Por isso, as opiniões, valorações e experiências recuperadas correspondem exclusivamente às organizações e pessoas participantes em cada diálogo.

Consequentemente, as referências feitas a um determinado país não devem ser interpretadas como posições consensuadas pela totalidade das organizações de pessoas cegas e com baixa visão existentes nesse território, nem como expressões institucionais únicas ou definitivas do movimento associativo nacional.

Quando possível, o relatório identifica expressamente as organizações participantes. Em outros casos, por razões de fluidez narrativa, faz-se referência ao país correspondente. Tal decisão editorial não implica assumir homogeneidade organizativa nem consenso entre as distintas entidades nacionais.

O detalhamento sobre as organizações participantes e demais informações contextuais relevantes encontra-se disponível no Anexo I do presente relatório, anteriormente mencionado.

Capítulo I. Cartografia regional do movimento tiflológico latino-americano.

A cartografia regional construída a partir dos diálogos “Nossas Vozes” permite evidenciar que a América Latina abriga múltiplas gerações organizativas. Em nossa região, convivem instituições históricas nascidas em meados do século XX, em contextos onde praticamente não existiam políticas públicas voltadas para pessoas cegas e com baixa visão, com organizações emergentes surgidas recentemente ao calor de novas agendas de direitos humanos, ativismo digital, litígios estratégicos e acessibilidade tecnológica.

Organizações como a Biblioteca Argentina para Cegos (BAC), criada em 1924; a Associação Central de Cegos da Guatemala (ACCG), fundada em 1945; a União Nacional de Cegos do Uruguai (UNCU), criada em 1950; a Federação Nacional de Cegos da Bolívia (FENACIEBO), constituída em 1954; ou a Associação Nacional de Cegos de Cuba (ANCI), fundada nos anos sessenta, surgiram inicialmente vinculadas a processos de alfabetização braile, reabilitação, assistência e acesso básico a serviços educativos ou de capacitação laboral. Muitas delas se desenvolveram em contextos onde o Estado não oferecia praticamente nenhuma resposta institucional às necessidades das pessoas cegas e com baixa visão.

Décadas depois, grande parte dessas organizações transitou para agendas de incidência política, participação pública, acessibilidade, consulta e direitos humanos. No entanto, essa transição não foi linear nem uniforme. Em distintos países, coexistem ainda enfoques diversos sobre o papel que devem desempenhar as organizações tiflológicas, bem como tensões entre modelos centrados na prestação de serviços, reabilitação, representação política e defesa de direitos.

Essa diversidade organizativa ficou particularmente visível nos diálogos, pois enquanto a Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) se constituiu em 2008, explicitamente como um projeto de unificação política orientado a construir “um só rosto” representativo para a defesa de direitos, outras organizações históricas da região – como a FENACIEBO, a UNCU ou a ANCI – iniciaram seus processos organizativos a partir de modelos de assistência, reabilitação e

prestação de serviços, transitando apenas posteriormente para agendas de incidência e direitos.

Assim, a região mostra um tecido organizativo heterogêneo. Entre as organizações filiadas à ULAC, existem federações nacionais, associações territoriais, organizações de mulheres, redes emergentes, cooperativas economicamente consolidadas, organizações prestadoras de serviços, coletivos especializados em incidência e entidades históricas que continuam tentando se adaptar a cenários políticos e tecnológicos dinâmicos e cada vez mais complexos.

Uma das características comuns identificadas é a forte concentração territorial das organizações. Apesar dos esforços de descentralização, as diretorias, os serviços e os espaços de decisão continuam concentrados em capitais ou grandes cidades. Organizações de Honduras, Paraguai, República Dominicana, Chile e Nicarágua reconheceram as dificuldades que as pessoas cegas e com baixa visão de regiões afastadas enfrentam para acessar processos organizativos, capacitação, serviços especializados ou participação política efetiva.

Em resposta a isso, algumas filiadas têm tentado desenvolver modelos territoriais, filiais regionais ou estratégias de descentralização. A Federação Nacional de Cegos da Bolívia (FENACIEBO) conta com filiadas distribuídas por jurisdição territorial; a União Nacional de Cegos Hondurenhos (UNCIH) articula trabalho com múltiplas filiais; enquanto organizações da Guatemala, Peru e Costa Rica enfatizaram a importância de fortalecer processos comunitários para além das capitais nacionais.

Os diálogos também permitiram notar diferenças importantes entre organizações *de* pessoas cegas e organizações *para* pessoas cegas. Embora ambas as formas organizativas convivam historicamente dentro do ecossistema regional, seus objetivos, lógicas institucionais e formas de representação costumam ser distintos.

Em vários países, as organizações *de* pessoas cegas colocam no centro a incidência política, a participação democrática e a representação coletiva, enquanto outras organizações consideradas *para* pessoas cegas, muitas vezes integradas também por pessoas com deficiência visual, priorizam a prestação de serviços, reabilitação, inclusão educativa, produção de materiais ou comercialização de apoios tiflotécnicos. Em alguns casos, ambas as dimensões coexistem e se sobrepõem, gerando estruturas complexas onde se misturam representação política, prestação de serviços e sustentabilidade econômica.

A experiência brasileira é especialmente ilustrativa dessa discussão. Durante o diálogo, a ONCB explicou que seu processo de unificação organizativa surgiu da necessidade de construir um espaço nacional sólido de representação política

frente a um cenário historicamente caracterizado por organizações dispersas ou centradas principalmente na prestação de serviços. Esse processo não implicou o desaparecimento nem a substituição das organizações *para* pessoas cegas e com baixa visão, algumas das quais continuam sendo até mesmo mais sólidas do ponto de vista econômico do que a própria organização representativa. A experiência brasileira convida, assim, a uma reflexão de alcance regional: a fortaleza econômica e a legitimidade política nem sempre coincidem, e a construção de representação coletiva requer mecanismos organizativos capazes de articular interesses comuns sem deslocar a diversidade institucional existente.

No entanto, os modelos organizativos não respondem unicamente a decisões ideológicas, mas também a condições históricas, econômicas e institucionais profundamente desiguais. Em países onde o Estado continua ausente ou onde as condições sociais são particularmente precárias, inúmeras organizações acabam assumindo funções que vão desde a reabilitação e a formação até a provisão de apoios, a inclusão laboral e o acompanhamento social.

A Costa Rica descreveu como determinadas organizações assumiram processos de reabilitação que cabiam ao Estado. A República Dominicana relatou esforços para sustentar programas educativos, produção de materiais acessíveis e acompanhamento comunitário sob condições econômicas limitadas. Paraguai, Honduras e Nicarágua fizeram referência às enormes dificuldades para acessar materiais tiflotécnicos, tecnologias acessíveis e recursos especializados.

Nesse sentido, a dimensão tiflotécnica aparece como uma preocupação transversal em toda a região. A escassez de linhas braile, máquinas Perkins, impressoras braile, materiais acessíveis e ferramentas tecnológicas especializadas foi reiteradamente mencionada pelas organizações participantes.

Assim, enquanto algumas organizações avançam em direção à inteligência artificial, acessibilidade web, alfabetização digital e produção tecnológica, outras continuam enfrentando barreiras básicas para acessar materiais braile, software especializado ou ferramentas de autonomia.

Essa transição tecnológica se articula, além disso, com outras preocupações regionais que serão desenvolvidas nos capítulos seguintes: sustentabilidade organizativa, profissionalização, renovação geracional, participação de mulheres, agendas interseccionais e novas formas de ativismo. Em conjunto, essas dimensões mostram que a cartografia regional não descreve apenas um conjunto de organizações diversas, mas um movimento vivo que atravessa uma transição complexa entre memória histórica, fragilidade institucional, inovação tecnológica e busca de novos horizontes políticos.

“Nossas Vozes” permitiu, assim, observar um movimento tiflológico regional vivo e dinâmico, embora atravessado por incertezas, desigualdades e desafios históricos. O que emerge dessa cartografia não é unicamente uma crise nem exclusivamente um processo de fortalecimento. O que aparece é uma transição complexa: um desafio permanente sobre como sustentar organizações relevantes, democráticas, sustentáveis e politicamente significativas em um contexto regional marcado por transformações tecnológicas aceleradas, fragilidade econômica, tensões institucionais e reconfiguração das agendas de direitos humanos.

Capítulo II. Resistir organizadamente: sustentabilidade, precariedade e sobrevivência institucional.

A sustentabilidade das organizações de pessoas cegas e com baixa visão na América Latina constitui um dos desafios mais profundos e complexos revelados pelos diálogos “Nossas Vozes”. Longe de ser um problema exclusivamente financeiro, a sustentabilidade aparece como uma dimensão que articula precariedade econômica, fragilidade institucional, dependência de voluntariado, complexidade administrativa, redução da cooperação internacional, contextos políticos adversos e esgotamento dirigencial.

As organizações afiliadas descreveram modelos de funcionamento que, em muitos casos, combinam múltiplas fontes de financiamento: subvenções estatais parciais, cooperação internacional, projetos concursáveis, doações, quotas de membresia e diversas formas de autofinanciamento. Em muitos casos, contudo, tais modelos são insuficientes para garantir estabilidade estrutural de longo prazo. A grande maioria das organizações participantes depende, em maior ou menor medida, do trabalho voluntário, militância não remunerada e compromissos pessoais de suas lideranças para manter atividades, serviços e processos.

A este respeito, o que se observou é que uma parte significativa das organizações latino-americanas opera sob condições de precariedade estrutural. Isso não significa que sejam organizações frágeis em termos políticos, sociais ou comunitários. Pelo contrário, muitas delas possuem enorme legitimidade, reconhecimento público e décadas de experiência acumulada. A precariedade refere-se, antes, às suas condições materiais de funcionamento: ausência de equipes técnicas permanentes, carência de infraestrutura adequada, limitações para acessar tecnologias e, em muitos casos, inexistência de recursos mínimos para garantir continuidade institucional.

A maioria das organizações expressou que sua permanência histórica se deve mais à resiliência de suas lideranças e ao compromisso comunitário do que à estabilidade financeira. A sustentabilidade, para muitas delas, não se expressa

necessariamente em capacidade financeira suficiente, mas em ter conseguido permanecer ativas apesar de contextos adversos, ausência estatal, crises econômicas ou enfraquecimento da cooperação internacional.

Organizações históricas como a Federação Venezuelana de Instituições de Cegos (FEVIC), a FENACIEBO na Bolívia, a UNCU no Uruguai ou diversas associações centro-americanas descreveram trajetórias marcadas por esforços permanentes para sustentar estruturas organizativas com recursos limitados, diretorias não remuneradas e capacidades técnicas restritas. Até mesmo organizações relativamente consolidadas reconheceram funcionar graças ao compromisso pessoal e político de seus integrantes.

A própria ONCB do Brasil, uma das estruturas políticas mais consolidadas da região no entendimento de quem escreve, reconheceu durante o diálogo que um de seus principais desafios consiste em alcançar uma sustentabilidade econômica plena que permita profissionalizar de maneira estável o trabalho dirigencial. Essa postura é extremamente interessante; enquanto a organização conseguiu construir uma importante capacidade de incidência política nos últimos 18 anos, continua dependendo de esquemas onde grande parte do trabalho organizativo recai sobre militância honorífica não remunerada.

Situações similares apareceram em praticamente toda a região. A Coordenadora Nacional de Organizações de Limitados Visuais (CONALIVI), na Colômbia, assinalou que opera fundamentalmente mediante voluntariado e projetos concursáveis, enquanto a Rede Nacional para a Inclusão de Pessoas Cegas e com Baixa Visão (RENACBVI), do México, reconheceu sustentar-se quase exclusivamente a partir de contribuições de seus próprios integrantes. No Paraguai, a União Nacional de Cegos do Paraguai (UNPDV) descreveu como os recursos estatais mal alcançam para cobrir gastos administrativos básicos, mantendo-se os cargos diretivos sob esquemas honoríficos. Honduras, Nicarágua e República Dominicana, ainda contando com determinadas subvenções públicas, infraestrutura própria ou esquemas parciais de geração de receitas mediante prestação de serviços, também evidenciaram dinâmicas similares de fragilidade financeira.

A sustentabilidade apareceu, assim, atravessada por um paradoxo regional: organizações politicamente relevantes, com incidência pública, legitimidade comunitária e décadas de trabalho acumulado, continuam funcionando mediante estruturas econômicas frágeis. Em vários países, referiu-se depender de subvenções estatais, cooperação internacional, projetos concursáveis, doações, quotas de membresia e diversos esquemas híbridos de autofinanciamento que, embora permitam a continuidade institucional, revelam-se insuficientes para garantir estabilidade estrutural a longo prazo.

Nesse sentido, quem subscreve destaca que, se as subvenções estatais podem constituir uma conquista política significativa e representar uma forma de reconhecimento institucional para as pessoas com deficiência e suas organizações, não se pode omitir a existência de uma tensão inegável. Em determinados contextos, a dependência econômica em relação ao Estado pode gerar condições de vulnerabilidade institucional ou limitar, explícita ou implicitamente, a capacidade crítica e a autonomia política das organizações frente a cenários de regressividade, omissões governamentais ou disputas públicas relacionadas a direitos humanos.

Em relação à infraestrutura, do total das organizações entrevistadas, praticamente nenhuma referiu contar com estabilidade financeira suficiente para sustentar plenamente equipes técnicas permanentes, crescimento institucional contínuo, renovação tecnológica, fortalecimento territorial e profissionalização administrativa sustentada.

Como já foi registrado, a maioria das filiadas descreveu modelos de funcionamento sustentados em trabalho voluntário, subvenções parciais, cooperação internacional, projetos concursáveis, quotas de membresia ou mecanismos híbridos de autofinanciamento que, embora permitam a continuidade institucional, resultam insuficientes para garantir estabilidade estrutural a longo prazo.

Na Argentina, a Federação Argentina de Instituições de Cegos e Amblíopes (FAICA) descreveu com clareza essa situação. Embora algumas de suas filiadas contem com sedes próprias ou um patrimônio historicamente acumulado, a sustentabilidade cotidiana continua sendo complexa devido ao incremento de custos administrativos, à redução de apoios e às crescentes dificuldades para acessar a cooperação internacional. A organização assinalou, além disso, que a conjuntura política nacional tem aprofundado a incerteza em relação ao financiamento e à legitimidade pública das organizações sociais.

O caso argentino é ilustrativo de uma tendência regional mais ampla. Costa Rica, República Dominicana, México, Venezuela e Nicarágua descreveram cenários onde a crescente complexidade normativa e administrativa, bem como as exigências estatais relacionadas à transparência, registros, balanços, fiscalização e cumprimento regulatório, acabam absorvendo boa parte da energia organizativa.

A Costa Rica assinalou como determinadas disposições estatais dificultam a execução de projetos de cooperação internacional, enquanto a República Dominicana relatou os efeitos da adoção de políticas administrativas “dispersas e isoladas” que geram requisitos frequentemente incompatíveis entre si. No México, a RENACBVI expressou preocupação com o endurecimento de trâmites fiscais e administrativos vinculados à constituição e operação de associações civis.

Embora tais medidas costumem ser justificadas a partir de discursos vinculados à transparência, prestação de contas, prevenção à lavagem de dinheiro ou fortalecimento institucional, múltiplas filiadas percebem que esses processos incrementam significativamente a sobrecarga operativa e a vulnerabilidade de organizações pequenas ou médias, particularmente aquelas sustentadas mediante trabalho voluntário e capacidades administrativas limitadas.

Para além de suas particularidades nacionais, os diálogos revelam que o movimento tiflológico latino-americano enfrenta um processo acelerado de hiperprofissionalização institucional. Em contextos como o descrito, as organizações já não precisam apenas sustentar agendas históricas vinculadas a direitos, reabilitação ou inclusão. Também necessitam desenvolver capacidades complexas relacionadas à formulação de projetos, indicadores de impacto, administração fiscal, prestação de contas, gestão digital, comunicação estratégica e cumprimento jurídico constante.

Em congruência com o exposto, várias organizações descreveram cenários onde precisam enfrentar processos complexos relacionados a contabilidade, fiscalização, registros legais, transparência ou cumprimento tributário sem contar com pessoal especializado, assessoria permanente nem recursos econômicos suficientes para contratar serviços técnicos externos. Isso provoca que uma parte considerável da energia organizativa acabe se deslocando do trabalho comunitário, da incidência política ou da atenção a necessidades concretas para labores administrativas orientadas unicamente a garantir sua sobrevivência jurídica e institucional.

Como consequência, as organizações com maiores capacidades técnicas ou acesso à cooperação internacional conseguem se adaptar mais facilmente a essas novas exigências, enquanto organizações pequenas, territoriais ou emergentes enfrentam maiores riscos de precarização, enfraquecimento institucional ou perda de capacidade operativa.

Assim, enquanto os Estados incrementam progressivamente as exigências administrativas, fiscais e regulatórias em relação às organizações sociais, as filiadas não identificam, em termos gerais, a existência de mecanismos públicos suficientes de orientação, acompanhamento técnico ou fortalecimento institucional gratuito que lhes permitam cumprir tais obrigações em condições razoáveis.

Nesse sentido, para avançar em direção à sustentabilidade, requer-se, além de fundos públicos e cooperação internacional, valorizar essas atividades de capacitação e explorar mecanismos para que a oferta de serviços e conhecimentos contribua para o fortalecimento financeiro das organizações.

A precariedade organizativa se articula, além disso, com transformações mais amplas do contexto político regional. Diversas organizações descreveram cenários de redução de orçamentos públicos, enfraquecimento de agendas de direitos humanos, perda de cooperação internacional e discursos politicamente hostis em relação às organizações sociais.

A FAICA, na Argentina, expressou explicitamente preocupação com as narrativas governamentais que questionam o financiamento de organizações vinculadas a grupos em situação de vulnerabilidade. A Venezuela descreveu como a crise econômica e a desvalorização permanente tornam praticamente impossível sustentar custos operativos básicos. Honduras e Nicarágua assinalaram incerteza em relação a mudanças de governo e continuidade de apoios institucionais. A República Dominicana falou inclusive de “asfixia governamental”, expressa mediante exigências administrativas crescentes e orçamentos insuficientes.

Por tudo isso, a profissionalização aparece também como uma necessidade recorrente entre as próprias organizações. Várias filiadas expressaram interesse em fortalecer capacidades relacionadas à administração institucional, procuração de fundos, formulação de projetos, sustentabilidade organizacional, fortalecimento de lideranças e desenvolvimento de capacidades técnicas permanentes.

Em termos técnicos e políticos, o Uruguai enfatizou a necessidade de formar novas diretorias democráticas e fortalecer habilidades de gestão. Honduras solicitou à ULAC que realize as gestões necessárias para brindar apoio administrativo e financeiro “satélite”. A Colômbia insistiu na importância de contar com pessoal técnico suficiente para sustentar processos organizativos mais amplos. A Costa Rica propôs inclusive desenvolver espaços de *think tank* regional para fortalecer análises políticas e capacidades institucionais.

Nesse cenário, a cooperação internacional continua ocupando um lugar estratégico dentro do ecossistema tiflológico latino-americano. Os diálogos permitiram notar o significativo papel que tem desempenhado a Fundação ONCE para a Solidariedade com as Pessoas Cegas da América Latina (FOAL) em múltiplos processos organizativos da região.

As contribuições recolhidas nos distintos países mostram que a FOAL é percebida como um parceiro estratégico para o fortalecimento do movimento tiflológico latino-americano. As menções vinculam-se especialmente com as Salas de Gestão Ocupacional para as Regiões da América Latina (Programa ÁGORA), a FOAL Violeta e suas ações com perspectiva de gênero, bem como com iniciativas orientadas ao fortalecimento institucional, à expansão do acesso à tiflotecnologia, à promoção do emprego, à produção de materiais acessíveis e ao desenvolvimento de capacidades organizativas nas entidades filiadas.

No entanto, os diálogos também permitiram notar uma tensão estrutural delicada: boa parte do movimento tiflológico regional depende significativamente de um número cada vez mais reduzido de aliados internacionais permanentes.

Esse fenômeno não foi colocado a partir de uma lógica de questionamento da cooperação internacional, mas a partir de uma preocupação regional sobre sustentabilidade e resiliência futura. Várias organizações expressaram inquietação com a diminuição de apoios, encerramento ou finalização de projetos, mudanças nas prioridades de cooperação e retirada progressiva de determinados financiadores internacionais.

A República Dominicana assinalou explicitamente o impacto que teve a redução de apoios internacionais vinculados à USAID e à ONCE. A Venezuela relatou a suspensão de mecanismos de financiamento relacionados a loterias e cooperação externa. Argentina e Costa Rica também descreveram crescentes dificuldades para acessar recursos nacionais e internacionais em contextos de alta concorrência regional.

A região enfrenta, assim, uma tensão complexa. Por um lado, a cooperação internacional tem sido decisiva para o fortalecimento do movimento tiflológico latino-americano durante as últimas décadas. Por outro, a alta dependência estrutural em relação a poucos atores internacionais incrementa a vulnerabilidade regional frente a mudanças políticas, econômicas ou institucionais externas.

Nesse sentido, os diálogos sugerem que um dos principais desafios futuros para a ULAC e suas filiadas consistirá em construir modelos mais amplos e diversificados de sustentabilidade regional, capazes de combinar cooperação internacional, fortalecimento institucional, alianças estratégicas, geração de recursos próprios, profissionalização e sustentabilidade política comunitária.

Apesar de todos esses desafios, o movimento tiflológico latino-americano continua mostrando uma notável capacidade de resistência organizativa. Numerosas organizações expressaram orgulho não apenas por seus êxitos materiais ou institucionais, mas por terem conseguido se manter ativas durante décadas frente a cenários assimétricos e adversos.

A sustentabilidade, conseqüentemente, emerge nesta cartografia regional como uma categoria muito mais complexa do que inicialmente previsto. Não se trata unicamente de balanços financeiros ou estabilidade orçamentária. Para as organizações entrevistadas, envolve também permanência histórica, legitimidade política, construção comunitária, identidade coletiva, adaptabilidade e vontade de continuar existindo mesmo sob condições estruturalmente precárias.

No entanto, desde a ULAC, sustentamos que a resistência e a resiliência organizacional não podem ser romantizadas indefinidamente. A permanência

baseada em sacrifício militante, esgotamento dirigencial e precariedade estrutural representa um risco importante para o futuro do movimento tiflológico regional. Assim, enfrentamos hoje coletivamente o desafio de construir organizações capazes não apenas de resistir, mas também de se sustentar, profissionalizar, crescer e projetar politicamente para o futuro sem perder sua legitimidade comunitária nem seu compromisso histórico com as pessoas cegas e com baixa visão da América Latina.

Capítulo III. De memória, identidade e direitos: disputas históricas sobre o sentido do movimento tiflológico latino-americano.

“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos e sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.” — José Saramago

A memória constitui muito mais do que um exercício de reconstrução do passado. Diversos autores têm assinalado que a memória representa uma dimensão fundamental para a construção de identidades coletivas, continuidade histórica e sentido de pertencimento social (Halbwachs, 2004; Jelin, 2002). Nesse quadro, recordar não implica unicamente conservar fatos ou acontecimentos; supõe também reconhecer lutas, disputas, trajetórias e processos mediante os quais determinados grupos humanos construíram formas de existência coletiva, resistência e transformação social.

Elizabeth Jelin (2002) advertiu que toda memória constitui também um território de disputa política. As sociedades e os grupos sociais não recordam de maneira neutra: selecionam, preservam, ressignificam e transmitem aquelas experiências que consideram fundamentais para compreender quem são, de onde vêm e para onde desejam se dirigir. Nesse sentido, a memória não apenas conserva identidades; também orienta projetos políticos e comunitários.

Em relação às organizações sociais, a memória adquire uma relevância muito mais profunda. As organizações preservam conhecimentos acumulados, estratégias de resistência, aprendizados institucionais, vínculos comunitários e experiências históricas que dificilmente poderiam ser sustentadas mediante estruturas formais ou documentos administrativos. A memória organizativa constitui, assim, uma forma de patrimônio político coletivo que permite dar continuidade às lutas, evitar a perda de experiências acumuladas e fortalecer sentidos de pertencimento intergeracional (Ricoeur, 2004).

Como se observa nos capítulos anteriores, o “Nossas Vozes” permite notar que muitas organizações tiflológicas latino-americanas tiveram de concentrar grande

parte de seus esforços em responder a urgências cotidianas relacionadas à sustentabilidade, sobrevivência institucional e atenção a necessidades imediatas. Nesse contexto, a documentação de suas trajetórias, processos históricos e aprendizados organizativos tem ficado frequentemente relegada.

Em atenção a isso, propôs-se os diálogos mencionados, reconhecendo que, num exercício futuro, valerá a pena aprofundar ainda mais nas experiências e na memória coletiva de nossas organizações filiadas. No entanto, nesta primeira aproximação, obteve-se informação diagnóstica e conseguiu-se recuperar alguns fragmentos de memória política, organizativa e comunitária sobre o movimento tiflológico latino-americano.

Das vozes das próprias organizações emergiram relatos sobre fundações históricas, lutas por representação, processos de reabilitação, disputas por direitos, construção de identidade coletiva e transformações profundas em relação à maneira de se significar como pessoas com deficiência visual e ao papel político das organizações.

Diversas filiadas reconheceram explicitamente o enorme valor político e histórico das gerações fundadoras. A Bolívia, por exemplo, insistiu na importância de reconhecer as pessoas que "lutaram pela organização no passado". Nesse sentido, a memória coletiva não constitui unicamente um exercício de reconhecimento, mas uma condição para a continuidade, a renovação e o fortalecimento do movimento tiflológico latino-americano.

Sob essa perspectiva, a memória organizativa reduz o custo da aprendizagem coletiva, ao permitir que cada geração receba não apenas as conquistas alcançadas, mas também as lições derivadas dos acertos e desacertos do movimento.

A Associação Central de Cegos da Guatemala (ACCG), por exemplo, descreveu como nasceu em um contexto onde praticamente não existiam instituições voltadas para o bem-estar de pessoas cegas e com baixa visão. No Uruguai, a UNCU relatou como a organização participou historicamente da criação de escolas, centros de reabilitação e espaços de impressão braille. Cuba explicou que a ANCI desenvolveu durante décadas processos de capacitação, esporte, reabilitação e acesso a tecnologias diante de condições econômicas e políticas particularmente complexas.

No entanto, à medida que avançaram os processos democráticos e as agendas de direitos humanos na região, muitas organizações começaram a transitar para modelos de representação política e incidência pública.

A adoção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), aprovada e aberta à assinatura em dezembro de 2006, aprofundou

significativamente esse processo, proporcionando um marco internacional de legitimidade jurídica e política que fortaleceu as agendas de direitos humanos impulsionadas historicamente pelas próprias organizações de pessoas cegas e com baixa visão na região.

Essa transição aparece com clareza em países como Brasil, Colômbia, México ou Guatemala.

A experiência brasileira mostra uma transição deliberada de modelos predominantemente reabilitadores para uma lógica de defesa de direitos e construção de poder político coletivo. Pela ONCB, levantou-se uma reflexão significativamente importante para o conjunto da região: a necessidade de “resgatar a política” dentro do movimento tiflológico. A afirmação não é menor. Revela uma preocupação regional sobre o risco de que as organizações fiquem reduzidas à prestação de serviços, execução de projetos ou administração de apoios, enfraquecendo progressivamente sua capacidade de incidência estrutural.

Na Colômbia, a CONALIVI relatou como seu trabalho se orientou crescentemente para litígios estratégicos, incidência legislativa, formulação de pesquisas, participação política e construção de propostas de políticas públicas. Seus projetos vinculados à inclusão laboral, alfabetização digital e mulheres com deficiência visual mostram um modelo organizativo claramente orientado para direitos humanos e interseccionalidade.

O México apresentou outra experiência significativa. A RENACBVI surgiu inicialmente como resposta coletiva frente às exclusões produzidas pela pandemia e determinadas políticas públicas relacionadas a pensões para pessoas com deficiência. Desde sua origem, a organização vinculou litígios estratégicos, tecnologias, direitos humanos e ativismo digital. Diferentemente de modelos históricos centrados em serviços presenciais ou reabilitação institucional, a experiência mexicana evidencia formas mais recentes de organização vinculadas à virtualidade, incidência jurídica e construção horizontal de redes.

No entanto, os diálogos também mostraram que as fronteiras entre representação política e prestação de serviços não são rígidas nem absolutas. Em múltiplos países, emergiram modelos híbridos onde ambas as dimensões convivem.

A COALIVI, no Chile, constitui um dos exemplos mais claros. A organização mantém serviços de reabilitação, inclusão laboral, orientação e mobilidade, assessoria educativa e capacitação docente, ao mesmo tempo que desenvolve processos de conscientização, fortalecimento comunitário e articulação regional. Costa Rica, República Dominicana e Peru descreveram experiências similares onde as organizações combinam reabilitação, inclusão laboral, produção de materiais acessíveis, incidência política e fortalecimento comunitário.

Essas experiências permitem notar uma tensão importante dentro do movimento tiflológico regional: em contextos onde o Estado continua sendo insuficiente ou desigual, muitas organizações seguem assumindo funções sociais essenciais. Consequentemente, a discussão sobre “serviços versus direitos” requer uma discussão profunda, considerando as condições materiais concretas em que operam as organizações latino-americanas.

Em vários países, as próprias organizações assinalaram que, embora desejem fortalecer agendas de incidência política, diante das omissões estatais, continuam destinando grande parte de suas capacidades institucionais a resolver necessidades urgentes relacionadas à educação, acesso a tecnologias, reabilitação, inserção laboral, saúde e acompanhamento social.

A Fundação Dominicana de Cegos, por exemplo, assinalou que implementa programas de orientação e mobilidade, alfabetização braile, produção de materiais acessíveis e apoio comunitário sustentados parcialmente mediante subvenções estatais. Na Costa Rica, a FUNDAPROGRECI explicou como assumiu processos reabilitadores que anteriormente cabiam ao Estado. O Paraguai relatou as enormes limitações existentes para acessar materiais tiflotécnicos e apoios especializados fora dos principais centros urbanos.

Nesse contexto, a própria noção de autonomia organizativa aparece atravessada por contradições complexas. Algumas organizações buscam consolidar-se como atores políticos independentes do Estado, enquanto outras dependem parcialmente de subvenções públicas para sustentar programas essenciais. Várias filiadas expressaram simultaneamente preocupação por depender economicamente de governos e necessidade de manter relações institucionais que permitam sustentar serviços e projetos.

A República Dominicana descreveu claramente essa tensão ao assinalar que, sem apoio estatal, as organizações enfrentariam sérias dificuldades para subsistir. Honduras e Nicarágua também reconheceram a importância dos apoios governamentais, embora advertindo sobre a incerteza em relação a mudanças políticas e orçamentárias.

Os diálogos também permitiram notar diferenças importantes em relação a como se entende a representatividade dentro do movimento associativo. Algumas organizações enfatizaram a necessidade de consolidar estruturas nacionais unificadas capazes de falar politicamente “com uma só voz”. Outras defenderam a necessidade de modelos mais plurais, territoriais ou setoriais.

A Argentina ofereceu reflexões particularmente interpelantes sobre esse ponto. A FAICA descreveu como os modelos históricos de “unificações negociadas” atravessam atualmente tensões e desafios. Durante o diálogo, foi assinalado

inclusive que “o modelo de unificação pode estar em crise”, reconhecendo as dificuldades contemporâneas para sustentar consensos amplos dentro do movimento associativo.

Ao mesmo tempo, organizações de mulheres como a CODIP, no Peru, evidenciaram a necessidade de construir espaços específicos frente a experiências históricas de invisibilização dentro de estruturas mistas ou predominantemente masculinas. Seu surgimento respondeu precisamente à necessidade de abordar problemáticas que “não era possível tocar” dentro de outros espaços organizativos.

As agendas de gênero, juventudes e diversidade revelam, assim, outro elemento importante: o movimento tiflológico latino-americano já não está se articulando unicamente em torno da deficiência visual como categoria homogênea. Novas gerações organizativas estão incorporando discussões relacionadas à interseccionalidade, participação política de mulheres, violências, diversidade sexual, cuidados, direitos digitais e novas formas de liderança, o que tem começado a transformar progressivamente as culturas organizativas regionais.

No entanto, os diálogos também deixaram ver tensões internas persistentes, tais como os personalismos, a rigidez organizacional, conflitos dirigenciais históricos, centralização de decisões, esgotamento e até mesmo “catarses pessoais” dentro de espaços coletivos, como assinalou a CODIP no Peru.

Longe de ocultar essas contradições, considera-se importante reconhecê-las através deste documento. O movimento associativo latino-americano continua sendo um espaço profundamente humano, atravessado por afetos, disputas, vínculos de poder, memórias políticas e tensões geracionais.

Por isso, uma das descobertas a destacar é que muitas organizações continuam conferindo enorme importância à unidade, ao sentimento de pertencimento, à fraternidade e à construção coletiva.

A Bolívia falou da unidade como principal fortaleza organizativa. Honduras afirmou que “as fronteiras são imaginárias”. A República Dominicana insistiu na necessidade de apagar a distância simbólica entre “dirigentes e dirigidos”. O Uruguai propôs fortalecer “a consciência e a resistência coletiva latino-americana”. O Brasil falou da necessidade de construir “orgulho de ser ULAC”.

Essas expressões revelam que, para além de suas diferenças internas e contextuais, o movimento tiflológico regional continua reconhecendo-se como parte de uma comunidade política latino-americana mais ampla.

No entanto, as descobertas presentes neste relatório permitem notar uma problemática importante: o risco de que as organizações fiquem presas entre

exigências técnicas crescentes e perda progressiva de capacidade política transformadora.

Nesse contexto, a afirmação feita pela ONCB em relação à ULAC adquire especial relevância: “os cegos que de verdade nos necessitam não sabem que existimos, mas estamos trabalhando por eles”.

A frase sintetiza uma das interrogações mais significativas que atravessa atualmente o movimento tiflológico latino-americano: Como construir organizações profissionalizadas, sustentáveis e tecnicamente sólidas sem perder legitimidade comunitária, capacidade política, proximidade territorial e sentido histórico de representação coletiva?

Essa disputa permanece aberta em toda a região. E provavelmente constitua um dos grandes desafios estratégicos do movimento tiflológico latino-americano durante os próximos anos.

Capítulo IV. Tecnologia, braille e desigualdade: a transição tiftecnológica latino-americana.

O movimento tiflológico regional situa-se atualmente em um ponto onde convergem a expansão tecnológica, a digitalização crescente, a inteligência artificial, a crise no ensino do braille, a desigualdade no acesso a ferramentas especializadas e novas disputas sobre autonomia, inclusão e produção de conhecimento.

Referências à tecnologia apareceram em praticamente todos os diálogos, embora nem sempre a partir do mesmo lugar. Para algumas organizações, representa uma oportunidade histórica de acesso à informação, educação e participação política. Para outras, a preocupação principal reside na persistência de profundas barreiras materiais que impedem sequer acessar ferramentas básicas de autonomia.

Essa diferença reflete uma das principais problemáticas regionais identificadas pelo relatório: a América Latina não está vivendo uma transição tecnológica homogênea, mas múltiplas transições simultâneas marcadas por desigualdade econômica, centralização territorial e capacidades institucionais assimétricas.

Enquanto algumas organizações avançam em direção à alfabetização digital, acessibilidade web, inteligência artificial, produção de conteúdos acessíveis e desenvolvimento tecnológico, outras assinalam sérias dificuldades para acessar dispositivos como linhas braille, máquinas Perkins, impressoras braille, ampliadores de tela, textos e materiais escolares acessíveis, bem como conectividade básica.

As diferenças entre países são notórias. No Uruguai, por exemplo, a principal preocupação expressa pela UNCU não foi a ausência absoluta de tecnologia, mas o enfraquecimento progressivo do ensino do braille frente ao avanço de dispositivos digitais e ferramentas de áudio. Durante o diálogo, a organização advertiu que o problema já não reside unicamente na disponibilidade de materiais, mas no risco de que o braille perca centralidade educativa e cultural dentro dos processos formativos de crianças, jovens cegos.

A preocupação uruguaia reflete um fenômeno regional emergente. Diversas organizações assinalaram que o avanço tecnológico não veio necessariamente acompanhado de fortalecimento estrutural da alfabetização braille. Peru, Paraguai, Costa Rica e Argentina também expressaram inquietação em relação à diminuição no ensino formal do sistema braille, escassez de materiais, insuficiência de equipamentos especializados e perda progressiva de espaços formativos vinculados à leitura e escrita braille.

No entanto, o debate regional já não se coloca em termos dicotômicos entre braille e tecnologia. Mais precisamente, as organizações parecem perguntar-se como evitar que a transição digital produza novas formas de exclusão ou dependência.

No Peru, tanto a UCRI como a CODIP insistiram na necessidade de fortalecer a produção de materiais acessíveis e gerar arquivos digitais braille que permitam, posteriormente, a impressão de textos em distintos espaços do país. O Paraguai assinalou a ausência de centros de recursos tiflotécnicos suficientes e as dificuldades para acessar materiais especializados fora de determinados centros urbanos. A Costa Rica propôs inclusive explorar mecanismos regionais centro-americanos que facilitem a circulação de ferramentas tiflotécnicas e reduzam barreiras burocráticas para importar equipamentos especializados.

As dificuldades relacionadas ao acesso a materiais tiflotécnicos apareceram particularmente agudas em países atravessados por contextos econômicos ou políticos complexos. Cuba descreveu as enormes limitações existentes para acessar tecnologias acessíveis e materiais especializados devido ao bloqueio e às restrições comerciais. A Venezuela relatou igualmente dificuldades para sustentar o acesso a ferramentas tiflotécnicas em meio à desvalorização econômica e à deterioração institucional prolongada.

Na maioria dos casos, as organizações solicitaram explicitamente maior acompanhamento regional para facilitar o acesso a ajudas técnicas, ferramentas tecnológicas, materiais especializados e mecanismos de cooperação tiflotécnica.

Essas experiências permitem notar que a desigualdade tecnológica latino-americana não pode ser compreendida unicamente a partir da disponibilidade de dispositivos. Envolve também capacidade institucional, relações comerciais,

políticas públicas, cooperação internacional, infraestrutura estatal e contextos geopolíticos específicos.

A tecnologia, além disso, apareceu vinculada diretamente à autonomia e à participação política. No México, a RENACBVI explicou como a pandemia agudizou as desigualdades digitais entre pessoas cegas e com baixa visão, particularmente no acesso e manejo de ferramentas básicas como WhatsApp, correio eletrônico, redes sociais e plataformas virtuais.

A partir dessa experiência, a organização impulsionou processos de fortalecimento tecnológico e formação digital entendidos não apenas como capacitação técnica, mas como ferramentas de participação, organização e incidência política.

A Colômbia desenvolveu experiências similares. A CONALIVI formulou e orientou projetos de alfabetização digital e inclusão tecnológica, entendendo que o acesso à tecnologia constitui uma condição para a participação política e o exercício de direitos.

O diálogo com a Colômbia permitiu notar como a transformação tecnológica também está modificando as formas de incidência política do movimento tiflológico regional.

O Brasil, por sua vez, levantou uma discussão particularmente estratégica sobre tecnologia e representação. A ONCB insistiu que as pessoas cegas e com baixa visão não podem permanecer unicamente como usuárias passivas de tecnologias desenvolvidas por outros atores. A organização defendeu a necessidade de colocar “a cegueira no centro” dos processos de inovação tecnológica e políticas públicas relacionadas à acessibilidade.

Essa reflexão adquire enorme relevância em um contexto regional onde a inteligência artificial começa a transformar aceleradamente a produção de informação, educação, acessibilidade, emprego, comunicação e participação pública, ao mesmo tempo que pode acentuar as assimetrias.

Embora a inteligência artificial tenha aparecido de maneira incipiente nos diálogos, múltiplas organizações manifestaram interesse crescente em compreender suas implicações e possibilidades. O México destacou particularmente o valor de oficinas virtuais sobre ferramentas tecnológicas emergentes, enquanto outras filiadas assinalaram a necessidade de fortalecer capacidades digitais para evitar novas formas de exclusão.

No entanto, a transição tecnológica também está transformando as próprias culturas organizativas do movimento associativo. Várias organizações reconheceram enfrentar dificuldades para se adaptar a governos digitais ou

digitalização administrativa, comunicação virtual, plataformas de gestão, processos híbridos e novas dinâmicas de formação a distância.

O Chile identificou explicitamente como desafio institucional a necessidade de adaptar seus processos organizacionais frente à digitalização crescente e manter atualizados tecnicamente seus quadros de trabalho. Costa Rica e República Dominicana também assinalaram preocupações relacionadas à gestão de informação, comunicação digital e modernização institucional.

Paralelamente, as tecnologias estão reconfigurando as formas de participação dentro do próprio movimento tiflológico. As organizações identificaram diferenças importantes entre gerações em relação ao uso tecnológico, participação virtual, ativismo digital e acesso à informação.

Enquanto algumas diretorias históricas continuam desenvolvendo formas tradicionais de organização política e comunitária, novas gerações começam a se relacionar com o movimento associativo a partir das redes sociais, formação virtual, ativismo digital e comunidades tecnológicas mais flexíveis e menos institucionalizadas.

Isso produz novas tensões organizativas. Várias filiadas manifestaram preocupação com a baixa participação juvenil em estruturas tradicionais, embora simultaneamente reconhecessem que as juventudes participam ativamente em outros espaços digitais menos formais.

Assim, a tecnologia aparece não apenas como ferramenta de acessibilidade, mas também como elemento que está transformando as lideranças, as culturas organizativas, os mecanismos de participação e as formas de construir comunidade.

Outro aspecto identificado durante os diálogos foi a preocupação regional com a produção e circulação de materiais acessíveis. A BAC propôs como ação concreta para a ULAC identificar e mapear as bibliotecas com disponibilidade de recursos tiflotécnicos para conhecer a localização exata das impressoras braile na região, a fim de otimizar a impressão de documentos em sistema braile. Em seus termos, expressaram que, no século da tecnologia e da inteligência artificial, “ironicamente existem mais impressoras, mas menos braille”.

Peru, Paraguai e Costa Rica insistiram igualmente na necessidade de fortalecer redes regionais para intercâmbio de materiais, arquivos digitais e recursos especializados. Dessa maneira, os diálogos demonstraram que a circulação regional de textos acessíveis continua sendo limitada e desigual, especialmente fora das grandes capitais ou centros institucionais mais consolidados.

Nesse contexto, o Tratado de Marrakesh aparece implicitamente como uma oportunidade insuficientemente desenvolvida dentro do movimento tiflológico latino-americano. Embora algumas organizações tenham mencionado a produção de materiais acessíveis e a cooperação regional, os diálogos revelam que persistem importantes barreiras para lograr uma verdadeira circulação regional de livros e recursos tiflotécnicos.

Assim, a região enfrenta um paradoxo significativo. Nunca antes existiram tantas possibilidades tecnológicas para produzir, compartilhar e distribuir informação acessível. No entanto, amplos setores de pessoas cegas e com baixa visão continuam enfrentando enormes obstáculos para acessar efetivamente educação acessível, tecnologias especializadas, materiais braile, conectividade e formação digital.

Essa desigualdade tiflotécnica reproduz, e em alguns casos aprofunda, desigualdades históricas relacionadas à precarização, ruralidade, gênero, acesso educativo e exclusão territorial.

Apesar disso, inúmeras organizações estão desenvolvendo processos de alfabetização digital, formação tecnológica, acessibilidade web, produção de textos em formatos acessíveis, reparação de ferramentas tiflológicas e redes de intercâmbio comunitário.

O movimento tiflológico latino-americano não se encontra imóvel frente à transformação tecnológica. Pelo contrário, está tentando reinterpretar historicamente o papel da tecnologia sob perspectivas vinculadas à autonomia, direitos, acessibilidade, participação e construção coletiva de conhecimento.

Nesse cenário, o braile continua ocupando um lugar simbólico e político, não apenas como sistema de leitura e escrita, mas como ferramenta de autonomia, memória cultural, acesso ao conhecimento e elemento constitutivo da identidade tiflológica regional.

A preocupação expressa por múltiplas organizações em relação ao enfraquecimento do braile não parece responder unicamente a uma nostalgia histórica. Reflete, antes, o temor de que determinadas transformações digitais terminem deslocando formas profundas de acesso autônomo à leitura e escrita.

Por isso, um dos principais desafios estratégicos identificados por esta cartografia regional consiste em construir uma transição tiflotécnica que não reproduza exclusões históricas nem coloque as pessoas cegas e com baixa visão unicamente como consumidoras de tecnologias concebidas externamente.

A região enfrenta hoje a necessidade de repensar coletivamente: como democratizar o acesso tecnológico; como fortalecer a produção e circulação de

textos em formatos acessíveis; como preservar, visibilizar e revitalizar a relevância do braille; como reduzir desigualdades tiflotécnicas; e como garantir que a inteligência artificial e as novas tecnologias se convertam efetivamente em ferramentas de autonomia, participação e direitos humanos para as pessoas cegas e com baixa visão da América Latina.

Capítulo V. Juventudes, mulheres e novas agendas: a renovação política do movimento associativo.

Como se pôde notar, muitas das organizações históricas de pessoas cegas e com baixa visão foram construídas durante décadas por lideranças profundamente comprometidas com a alfabetização braile, a reabilitação, a organização comunitária e a conquista de direitos fundamentais. No entanto, as mudanças sociais, tecnológicas e culturais das últimas décadas parecem estar transformando as formas de participação e envolvimento na vida associativa. Esse fenômeno coloca desafios para o ecossistema organizativo das pessoas com deficiência e constitui um campo ainda escassamente explorado pela pesquisa acadêmica e pela própria reflexão do movimento associativo.

Em relação à renovação geracional, o Uruguai destacou a necessidade de fortalecer processos democráticos de formação de novas diretorias. Guatemala e Honduras também insistiram na importância de construir quadros de liderança capazes de assegurar a continuidade política do movimento associativo.

Essas preocupações encontraram eco em diferentes conversas. O Chile expressou essa tensão de forma particularmente clara. Desde o Movimento Nacional de Cegos pela Inclusão, colocou-se a necessidade de refletir sobre "como alcançar os jovens que não participam, mas mantêm vozes críticas", enquanto outras organizações perceberam que um número crescente de pessoas jovens com deficiência visual participa ativamente em espaços digitais, universitários ou comunitários, mas mantém uma relação distante com as estruturas associativas tradicionais.

Diversos estudos sobre movimentos sociais e participação política têm assinalado que as novas gerações tendem a construir formas de participação mais horizontais, flexíveis e articuladas em torno de causas específicas, com menor vinculação a organizações hierárquicas ou permanentes (Svampa, 2010; Reguillo, 2017). Esse fenômeno não implica necessariamente uma diminuição do compromisso político, mas sim uma transformação nas maneiras de construir pertencimento, ação coletiva e incidência pública.

Nesse contexto, as organizações expressaram preocupação com o que percebem como um distanciamento geracional. A maioria das filiadas reconheceu que as juventudes participam em menor medida nas estruturas formais, mas reconheceu também que isso não significa necessariamente desinteresse político. Em alguns casos, as novas gerações estão construindo espaços alternativos de ativismo, incidência e organização comunitária.

O caso mexicano é, novamente, ilustrativo. A RENACBVI mostrou como novas gerações de ativistas cegos e com baixa visão estão construindo formas distintas de incidência política, muitas vezes menos centradas em estruturas tradicionais e mais vinculadas a redes sociais, oficinas virtuais, colaboração horizontal e ativismo temático.

Segundo algumas organizações, as redes sociais e as tecnologias digitais transformaram as formas de interação das novas gerações de pessoas cegas e com baixa visão. Em muitos casos, a comunicação virtual reduziu a necessidade percebida de participar em espaços presenciais, favorecendo formas de vinculação a distância que substituem parcialmente a convivência comunitária tradicional.

No entanto, esse fenômeno também apresenta dimensões problemáticas. Várias organizações assinalaram que a participação virtual, embora amplie o acesso à informação e à formação, pode debilitar os vínculos comunitários e as redes de apoio mútuo historicamente construídas a partir da convivência presencial. O desafio, nesse sentido, consiste em encontrar formas de integrar as novas ferramentas digitais sem perder a dimensão comunitária, afetiva e política do movimento associativo.

Nesse contexto, os diálogos deixaram ver que as juventudes enfrentam hoje desafios significativamente distintos dos de gerações anteriores. Embora contem com maiores oportunidades de acesso à informação, tecnologias e redes de contato, as organizações identificaram preocupações relacionadas ao acesso desigual a ferramentas tecnológicas, à precarização laboral, à exclusão educativa, aos desafios em matéria de saúde mental pós-pandemia, às dificuldades em orientação e mobilidade, ao isolamento social e aos obstáculos para construir autonomia econômica e projetos de vida independentes.

Em vários países, as organizações descreveram, além disso, uma crescente fragmentação dos vínculos comunitários historicamente construídos em torno do movimento associativo. A Costa Rica assinalou que determinados processos de inclusão educativa têm gerado, paradoxalmente, menor convivência entre pessoas cegas e com baixa visão, enfraquecendo algumas formas tradicionais de identidade coletiva.

A observação costarriquenha é particularmente relevante porque permite notar uma tensão importante: os avanços em inclusão educativa e social não produzem necessariamente, automaticamente, fortalecimento do movimento associativo. Em alguns casos, as novas gerações transitam por espaços educativos mais integrados, mas com menor contato com organizações históricas ou experiências comunitárias coletivas.

Essa transformação aparece também atravessada por importantes desigualdades territoriais e econômicas. Várias filiadas reconheceram que as juventudes de zonas rurais ou periféricas enfrentam maiores barreiras para acessar formação, tflotecnologia, participação política, educação superior e liderança organizativa.

Um aspecto central que emergiu nos diálogos foi a crescente incorporação de agendas de gênero e interseccionalidade dentro do movimento tflológico latino-americano. Se durante décadas as organizações de pessoas cegas e com baixa visão tenderam a pensar suas lutas a partir de categorias predominantemente homogêneas – centradas na deficiência visual como eixo único de exclusão –, atualmente observa-se uma progressiva ampliação das agendas políticas.

Durante décadas, muitas organizações tflológicas reproduziram estruturas altamente masculinizadas ou centradas predominantemente em agendas gerais de deficiência visual sem abordar de maneira específica as desigualdades enfrentadas pelas mulheres cegas e com baixa visão. Os diálogos mostram que essa situação começou a se transformar progressivamente.

O caso da CODIP, no Peru, é especialmente significativo. A organização relatou como surgiu precisamente porque existiam “temas delicados que não era possível tocar” dentro de outros espaços organizativos. Sua consolidação representa uma resposta política frente a experiências históricas de invisibilização e dupla discriminação.

A experiência peruana permite notar que as agendas de gênero não apareceram simplesmente como “temas complementares”, mas como questionamentos estruturais a determinadas formas históricas de organização, liderança e representação dentro do próprio movimento associativo.

A Colômbia apresentou outro processo particularmente relevante. A CONALIVI, em parceria com a FOAL, desenvolveu um projeto específico voltado para o fortalecimento de lideranças de mulheres cegas e com baixa visão. A iniciativa visava não apenas promover a participação feminina, mas também interpelar as próprias culturas organizativas e as formas de exercício do poder dentro do movimento.

O projeto alcançou tal relevância regional que a FOAL decidiu posteriormente replicá-lo no Peru. Esse fato não apenas reflete o impacto da experiência

colombiana, mas também o crescente reconhecimento regional das agendas interseccionais dentro do movimento tiflológico latino-americano.

Assim, as organizações começaram a visibilizar cada vez com maior clareza como as mulheres cegas e com baixa visão enfrentam formas específicas de exclusão relacionadas à violência, dependência econômica, sobrecarga de cuidados, invisibilização política, barreiras tecnológicas e dificuldades de participação pública.

Infelizmente, a totalidade do movimento tiflológico não é plenamente receptiva às temáticas emergentes. Através dos diálogos, evidencia-se que as agendas de gênero ainda enfrentam resistências, desigualdades e desafios importantes dentro de alguns espaços organizativos. Várias organizações reconheceram explicitamente a necessidade de fortalecer a participação de mulheres em diretorias, processos de formação, representação política e tomada de decisões.

O Brasil falou da importância de promover a participação de mulheres e jovens dentro do movimento associativo. A Guatemala solicitou apoio específico para fortalecer a liderança de mulheres cegas e com baixa visão. Honduras chegou a propor incorporar oficinas sobre novas masculinidades dentro dos processos regionais de formação impulsionados pela ULAC.

Essas discussões revelam que o movimento tiflológico latino-americano atravessa uma ampliação progressiva de suas agendas políticas. As organizações já não discutem unicamente acessibilidade, educação, emprego e reabilitação. Pelo contrário, começaram também a incorporar gênero, diversidade, cuidados, participação política, saúde sexual, violência, direitos digitais e construção comunitária a partir de perspectivas complexas e interseccionais.

Ao mesmo tempo, as organizações continuam enfrentando tensões internas. O México, por exemplo, reconheceu a existência de desafios relacionados à inequidade na distribuição de tarefas, comunicação deficiente, rigidez organizacional, bem como tomada de decisões pouco consultiva.

Nessa linha, a República Dominicana aludiu à necessidade de “apagar a linha entre dirigentes e dirigidos”, enquanto a Costa Rica enfatizou a necessidade de que se adotem formas de comunicação “mais humanas e menos protocolares”. O Uruguai insistiu na importância de integrar as filiadas na construção de estratégias e políticas regionais para além dos momentos eleitorais.

Essas demandas mostram que as novas gerações organizativas não reivindicam apenas espaços de participação. Também questionam determinadas formas tradicionais de exercer liderança dentro do movimento associativo.

Apesar de todas essas tensões, as organizações continuam entendendo o movimento associativo como um espaço de comunidade, cuidado e resistência coletiva.

A Bolívia definiu a unidade como principal fortaleza organizativa. Honduras afirmou que “basta com a indiferença da sociedade para sermos indiferentes também entre nós”. A República Dominicana falou de “fortalecer o calor humano” e o sentido de proteção regional. O Uruguai insistiu em construir “consciência e resistência coletiva latino-americana”.

Essas vozes revelam que o movimento tiflológico regional continua sendo, para muitas pessoas, muito mais do que uma estrutura institucional. Segue funcionando como espaço de identidade, refúgio político, comunidade afetiva, rede de apoio e lugar de construção coletiva de dignidade.

Um dos desafios estratégicos mais importantes identificados pelo “Nossas Vozes” consiste em lograr que as novas gerações encontrem dentro do movimento associativo não apenas estruturas administrativas ou espaços formais de representação, mas também sentido de pertencimento, horizontes políticos, possibilidades reais de incidência, bem como comunidades capazes de responder às transformações contemporâneas que atravessam as vidas das pessoas cegas e com baixa visão na América Latina.

O “Nossas Vozes” deixa ver que essa discussão já começou em toda a região. E provavelmente definirá boa parte do futuro político do movimento tiflológico latino-americano durante as próximas décadas.

Capítulo VI. Participar em tempos de restrição institucional: consulta, espaço cívico e organizações tiflológicas na América Latina.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) representou uma mudança política profunda na maneira de compreender a participação das pessoas com deficiência e das organizações que as representam. Seu artigo 4.3 estabelece que, na elaboração e aplicação de legislação e políticas públicas, bem como em outros processos de tomada de decisão sobre questões relacionadas a pessoas com deficiência, os Estados devem realizar consultas estreitas e colaborar ativamente com as pessoas com deficiência, incluindo crianças, por meio das organizações que as representam.

Por sua vez, o artigo 29 reconhece o direito das pessoas com deficiência a participar plena e efetivamente na vida política e pública, enquanto o artigo 33.3 dispõe que a sociedade civil, em particular as pessoas com deficiência e suas organizações

representativas, deve participar plenamente no monitoramento da implementação da Convenção (Nações Unidas, 2006).

A Observação Geral nº 7 do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aprofunda essa obrigação ao assinalar que a participação das organizações representativas não deve ser entendida como um gesto discricionário, simbólico ou meramente consultivo, mas como uma condição estrutural para a implementação da CDPD. Nesse sentido, o Comitê enfatiza que as pessoas com deficiência e suas organizações desempenharam um papel decisivo na negociação, desenvolvimento e redação da Convenção, pelo que sua participação constitui parte da própria arquitetura democrática do tratado (Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2018).

Sob essa perspectiva, as organizações de pessoas com deficiência não são unicamente associações civis que prestam serviços, recebem apoios ou representam interesses setoriais. São atores fundamentais para tornar efetivo o princípio político sintetizado historicamente na consigna “Nada sobre nós sem nós”. Em outras palavras, a CDPD pressupõe a existência de organizações representativas capazes de consultar, propor, vigiar, incidir, monitorar e participar na construção de políticas públicas.

Essa premissa é central para compreender o alcance político do “Nossas Vozes”. O processo desenvolvido não constituiu unicamente uma atividade interna de aproximação institucional entre a ULAC e suas filiadas. Enquadrou-se em coerência com o espírito do artigo 4.3 da CDPD: escutar diretamente as organizações, reconhecer sua experiência situada e construir conhecimento regional a partir de suas próprias vozes, sem substituí-las nem falar por elas.

No entanto, como foi documentado ao longo do presente relatório, persiste uma contradição regional de enorme relevância: enquanto o direito internacional dos direitos humanos exige uma participação ativa, estreita e significativa das organizações representativas de pessoas com deficiência, muitas delas enfrentam crescentes restrições financeiras, administrativas, políticas e técnicas que limitam suas possibilidades reais de exercer esse papel.

Essa contradição não constitui uma percepção isolada. Diversos relatórios recentes documentaram pressões crescentes sobre o espaço cívico na América Latina e no Caribe. A OCDE assinalou a importância de proteger as liberdades de associação, reunião e expressão como condições para um espaço cívico robusto na região, enquanto a CIVICUS advertiu sobre a deterioração global do espaço cívico, a restrição a organizações sociais e a redução de condições habilitantes para a sociedade civil (CIVICUS, 2025; OCDE, 2025).

Essas tendências se expressam de diversas formas: aumento de requisitos administrativos, controles fiscais mais estritos, regulamentações sobre financiamento externo, discursos de deslegitimação em relação a organizações sociais, redução da cooperação internacional, enfraquecimento orçamentário e crescente dificuldade para sustentar estruturas organizativas independentes. Em alguns países, as restrições adotam formas abertas de controle político; em outros, operam mediante mecanismos mais sutis de burocratização, excesso de regulamentação ou asfixia administrativa.

Os diálogos “Nossas Vozes” são consistentes com esse contexto regional. As organizações participantes não descreveram obstáculos abstratos. Relataram dificuldades concretas para sustentar sua vida institucional, cumprir obrigações administrativas, acessar cooperação, manter recursos técnicos, financiar equipes, renovar lideranças e participar de maneira significativa em processos públicos. O exposto pelas filiadas dialoga diretamente com os informes contemporâneos sobre contração do espaço cívico e enfraquecimento de organizações da sociedade civil.

A pergunta central que emerge dessa tensão é inevitável: como podem as organizações de pessoas cegas exercer o direito de participar da vida pública, monitorar direitos e construir políticas públicas, quando simultaneamente enfrentam restrições financeiras, administrativas e políticas cada vez maiores?

A Guatemala ofereceu uma resposta particularmente significativa ao insistir na necessidade de que as organizações de pessoas cegas sejam reconhecidas como entes de consulta nos assuntos que lhes dizem respeito. Essa demanda não é meramente procedimental. Expressa a aspiração de que as organizações não sejam convocadas de maneira ocasional ou simbólica, mas reconhecidas como interlocutoras legítimas em processos de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

Além de postular o direito à consulta, várias organizações chamaram a atenção para a invisibilização das pessoas cegas dentro das políticas de inclusão geral. A ONCB do Brasil sintetizou essa crítica com a frase “os cegos não se veem”, assinalando que as agendas de deficiência costumam diluir a realidade específica da deficiência visual. Essa observação ressoa com a inquietação de que a “inclusão” seja assumida como uma categoria neutra sem atender à diversidade de deficiências e às vozes que a compõem. Reconhecer a presença das pessoas cegas e com baixa visão em todas as etapas de desenho, execução e avaliação de políticas públicas – em consonância com a abordagem de via dupla da CDPD – é fundamental para assegurar que suas necessidades, identidades e contribuições não fiquem subsumidas sob esquemas genéricos.

A Colômbia, por sua vez, demonstrou como a CONALIVI tem participado em processos de consulta, formulação de políticas e incidência legislativa, construindo um modelo organizativo que combina participação técnica e política.

Essa situação revela um paradoxo democrático: os Estados requerem organizações representativas para consultar, implementar, monitorar e legitimar políticas públicas, mas nem sempre investem em garantir que essas organizações existam, se fortaleçam e possam participar com autonomia. Em alguns contextos, as organizações são convocadas quando resultam úteis para validar processos; mas não recebem apoios estruturais suficientes para sustentar sua capacidade crítica, técnica e organizativa.

Quando uma organização desaparece, se debilita, se burocratiza excessivamente ou perde capacidade de incidência, não se afeta apenas uma instituição. Afeta-se a possibilidade de que as pessoas com deficiência contem com canais coletivos para ser consultadas, disputar políticas públicas, denunciar omissões, produzir conhecimento, defender direitos e construir alternativas frente ao Estado.

Isso é particularmente relevante para o movimento tiflológico latino-americano. Muitas organizações filiadas à ULAC não apenas representam politicamente as pessoas cegas e com baixa visão. Também sustentam funções de interesse público: alfabetização braile, produção de materiais acessíveis, formação tecnológica, orientação e mobilidade, reabilitação, inclusão laboral, acompanhamento comunitário, capacitação docente, litígios estratégicos e monitoramento de direitos.

Em contextos onde os Estados se adelgaçam na provisão direta de apoios, reduzem orçamentos, fragmentam políticas públicas ou privilegiam transferências individuais sem fortalecer a organização coletiva, as organizações terminam assumindo responsabilidades sociais essenciais sem receber condições suficientes para sustentá-las. Esse fenômeno aparece em administrações de signos políticos distintos, através de narrativas sobre austeridade, processos de centralização, práticas clientelistas, discursos de desconfiança em relação à sociedade civil, concentração de decisões e deslocamento de responsabilidades para organizações sem financiamento adequado.

A questão, portanto, não pode ser analisada apenas como um problema de recursos. Trata-se de uma disputa sobre o lugar que ocupam as organizações de pessoas com deficiência na vida democrática. Se são tratadas como beneficiárias ocasionais, executoras precárias ou interlocutoras decorativas, o mandato participativo da CDPD fica reduzido a uma formalidade. Se, pelo contrário, são reconhecidas como parte indispensável da infraestrutura democrática, então seu fortalecimento institucional deve ser compreendido como uma condição vinculada à garantia efetiva de direitos.

“Nossas Vozes” permitiu notar que as organizações participantes não estão reivindicando privilégios corporativos. Reivindicam, legitimamente, condições para cumprir o papel que o próprio direito internacional lhes reconhece: participar, ser consultadas, monitorar, incidir e representar coletivamente experiências historicamente invisibilizadas.

Essa descoberta permite reformular um posicionamento central para a ULAC e suas filiadas: fortalecer organizações tiflológicas não é unicamente fortalecer estruturas internas do movimento. É proteger as condições democráticas que tornam possível o princípio de “Nada sobre nós sem nós” na América Latina.

Por isso, o desafio regional não consiste unicamente em que os Estados consultem. Consiste em que gerem condições reais para que as organizações possam participar de maneira independente, informada, acessível, sustentada e significativa.

Os diálogos também permitiram refletir sobre o papel que as organizações filiadas esperam da ULAC nesse contexto de restrições institucionais e enfraquecimento do espaço cívico.

A Costa Rica formulou um chamado particularmente enérgico em relação ao uso de comunicados, posicionamentos e declarações públicas emitidas pela organização regional. Em sintonia com outras vozes críticas, assinalou a importância de fortalecer sua capacidade de incidência para que esses instrumentos transcendam o plano declarativo e produzam efeitos tangíveis na vida das pessoas cegas e com baixa visão.

De maneira complementar, diversas organizações assinalaram a necessidade de fortalecer os mecanismos de comunicação e articulação interna da ULAC. Enquanto algumas demandaram uma maior proximidade, intercâmbio e acompanhamento por parte da organização regional, outras enfatizaram a importância de contar com fluxos de informação mais estratégicos, oportunos e orientados à ação.

Longe de constituir demandas contraditórias, essas observações refletem uma expectativa comum: contar com uma organização regional capaz de comunicar melhor, representar com maior eficácia, acompanhar processos nacionais e fortalecer o sentido de pertencimento entre suas filiadas. O desafio para a ULAC consiste, portanto, em construir formas de comunicação, representação e incidência que fortaleçam simultaneamente a participação, a horizontalidade e sua legitimidade política frente às organizações que a integram e frente aos atores estatais.

Nessa tarefa, a ULAC pode desempenhar um papel estratégico. Não apenas como organização regional de representação, mas como plataforma capaz de

documentar restrições, fortalecer capacidades, acompanhar processos nacionais, promover padrões de consulta, defender o espaço cívico das organizações tiflológicas e lembrar aos Estados que sem organizações fortes não há participação efetiva.

“Nossas Vozes” evidencia que a participação não se esgota em falar. Requer existir, sustentar-se, organizar-se, ser escutada e ter capacidade real de incidir. Essa é, talvez, uma das lições políticas mais importantes do processo: a voz das pessoas cegas e com baixa visão necessita de organizações vivas, autônomas e fortalecidas para se transformar em poder democrático.

Capítulo VII. ULAC frente ao futuro: rotas estratégicas para o fortalecimento do movimento tiflológico latino-americano.

Os diálogos “Nossas Vozes” não apenas permitiram identificar desafios, preocupações e desigualdades regionais. Também possibilitaram reconhecer um conjunto de necessidades comuns e oportunidades estratégicas que podem orientar o futuro do movimento tiflológico latino-americano.

Em primeiro lugar, os conversatórios mostraram que as organizações filiadas esperam da ULAC não apenas representação política, mas também acompanhamento concreto, intercâmbio de experiências, fortalecimento de capacidades e apoio em processos de profissionalização, sustentabilidade e incidência.

Em segundo lugar, evidenciou-se uma demanda generalizada por espaços de formação de lideranças, particularmente de mulheres, juventudes e pessoas de regiões historicamente menos representadas. A necessidade de renovação geracional e a incorporação de novas agendas – gênero, diversidade, interseccionalidade, tecnologia – aparecem como desafios estratégicos centrais.

Em terceiro lugar, os diálogos revelaram a importância de avançar na produção de conhecimento regional. As organizações expressaram a necessidade de documentar e sistematizar suas experiências, memórias e boas práticas, bem como gerar evidência que fortaleça a incidência política nos âmbitos nacional e regional.

Em quarto lugar, identificou-se a necessidade de fortalecer os mecanismos de participação, comunicação e articulação entre a ULAC e suas filiadas, bem como entre as próprias organizações nacionais.

Finalmente, os conversatórios evidenciaram a importância de construir respostas regionais frente à contração do espaço cívico, à precarização organizativa e às transformações tecnológicas aceleradas.

A partir das descobertas identificadas durante os diálogos e das reflexões compartilhadas pelas organizações filiadas, propõem-se as seguintes prioridades estratégicas para a ULAC:

1. **Fortalecimento organizacional.** Impulsionar mecanismos de acompanhamento às filiadas em planejamento, governança, sustentabilidade, prestação de contas, gestão de projetos e atualização de informação institucional.
2. **Formação de lideranças e renovação geracional.** Desenvolver processos permanentes de formação política, técnica e organizativa, que incluam a participação de mulheres, juventudes, pessoas idosas, territórios e grupos historicamente sub-representados.
3. **Transformação digital e inteligência artificial.** Acompanhar as organizações na apropriação crítica de tecnologias emergentes, evitando que a brecha digital reproduza desigualdades dentro do próprio movimento.
4. **Produção de conhecimento regional.** Consolidar a ULAC como plataforma de documentação, sistematização, pesquisa aplicada, memória organizativa e geração de evidência para a incidência.
5. **Defesa do espaço cívico e participação efetiva.** Documentar restrições, promover padrões de consulta, acompanhar processos nacionais e visibilizar condições que afetem a liberdade de associação, a participação e a sustentabilidade das organizações.

Essas prioridades não pretendem constituir um programa fechado de ações. Buscam identificar âmbitos onde a ULAC pode agregar valor regional, complementar os esforços nacionais e contribuir para o fortalecimento do movimento tiflológico latino-americano.

Para avançar nessa direção, propõe-se explorar junto às filiadas uma rota de fortalecimento baseada em quatro componentes complementares:

- **Informação e diagnóstico:** atualizar periodicamente a base regional de filiadas e desenvolver instrumentos comuns para conhecer a situação organizacional da região.
- **Aprendizagem e intercâmbio:** criar espaços permanentes de escuta, intercâmbio de experiências e difusão de boas práticas replicáveis entre países.

- **Comunicação e articulação:** fortalecer os canais de comunicação direta com as representações nacionais e criar mecanismos de participação e cooperação técnicas horizontais.
- **Produção de conhecimento e incidência:** elaborar relatórios regionais e apoiar a produção de documentos nacionais temáticos que contribuam para visibilizar problemáticas, gerar evidência e fortalecer a incidência pública e política das organizações filiadas.

O propósito dessa rota é fortalecer condições de cooperação, aprendizado mútuo e ação coletiva.

Reflexão final

“Nossas Vozes” demonstrou que o movimento tiflológico latino-americano não atravessa uma crise de ausência organizativa. As organizações existem, resistem, criam, acompanham, formam, incidem e sustentam comunidades. A tensão principal reside em como evitar que esse inestimável capital político, humano e histórico fique preso entre precarização, burocratização, fragmentação, esgotamento e brechas tecnológicas.

A ULAC possui a possibilidade histórica de se converter não apenas em representante regional do movimento tiflológico latino-americano, mas também em articuladora de memória coletiva, plataforma de fortalecimento, espaço de produção política, rede de cooperação horizontal e voz regional diante dos desafios emergentes.

O futuro de nosso movimento dependerá de nossa capacidade coletiva para sustentar organizações vivas, democráticas, acessíveis, críticas e capazes de imaginar novas formas de ação regional, pois onde existem organizações fortes, existem também melhores condições para a participação, a incidência e a defesa dos direitos das pessoas cegas e com baixa visão.

NIHIL DE NOBIS SINE NOBIS.

Referências bibliográficas.

CIVICUS Monitor. (2025). People power under attack 2025: Global findings. CIVICUS.

Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. (2018). Observação geral nº 7 (2018) sobre a participação das pessoas com deficiência, incluídos os meninos e as meninas com deficiência, por meio das organizações que as representam, na aplicação e no monitoramento da Convenção. Nações Unidas.

Curiel, O. (2013). A nação heterossexual: Análise do discurso jurídico e o regime heterossexual a partir da antropologia da dominação. Brecha Lésbica / En la Frontera.

Edwards, M., & Hulme, D. (Eds.). (1996). Beyond the magic bullet: NGO performance and accountability in the post-Cold War world. Kumarian Press.

Fowler, A. (2000). The virtuous spiral: A guide to sustainability for NGOs in international development. Earthscan.

Halbwachs, M. (2004). A memória coletiva. Prensas Universitárias de Zaragoza. (Obra original publicada em 1950)

Jara Holliday, O. (2018). A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis. CINDE.

Jelin, E. (2002). Os trabalhos da memória. Siglo XXI Editores.

Lewis, D. (2001). The management of non-governmental development organizations: An introduction. Routledge.

Nações Unidas. (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

OCDE. (2025). Reinforcing civic space in Latin America and the Caribbean. OECD Publishing.

Reguillo, R. (2017). Paisagens insurretas: Jovens, redes e revoltas no outono civilizatório. NED Ediciones.

Ricoeur, P. (2004). A memória, a história, o esquecimento. Fundo de Cultura Econômica.

Salamon, L. M., & Anheier, H. K. (1997). Defining the nonprofit sector: A cross-national analysis. Manchester University Press.

Svampa, M. (2010). Movimentos sociais, matrizes sociopolíticas e novos cenários na América Latina. OneWorld Perspectives.

Viveros Vigoya, M. (2016). A interseccionalidade: Uma aproximação situada à dominação. Debate Feminista, 52, 1-17.

Anexo I. Matriz regional.

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
Argentina	Federação Argentina de Instituições de Cegos e Amblíopes (FAICA)	Federação nacional	1986	Organização de pessoas cegas e com baixa visão	Mais de 20 filiadas; representação nacional	Frágil e dependente de projetos	Crise de sustentabilidade; complexidade administrativa crescente; preocupação com incidência política e cooperação	ULAC mais prática, próxima e útil tecnicamente	Contexto político nacional regressivo em relação a OSC e grupos vulnerabilizados; pressão administrativa crescente

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
							internacional		
	Biblioteca Argentina para Cegos (BAC)	Associação Civil	1924	Organização de pessoas cegas e com baixa visão	Alcance nacional	Frágil e dependente de projetos	Crise de sustentabilidade; complexidade administrativa crescente ; preocupação com incidência política e cooperação	ULAC mais prática, próxima e útil tecnicamente	Contexto político nacional regressivo em relação a OSC e grupos vulnerabilizados; pressão administrativa crescente

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
							ção internacional		
	Associação Civil Tiflonexos	Associação Civil	1999	Organização de pessoas cegas e com baixa visão	Alcance internacional com mais de 14.000 usuários e 450 instituições filiadas ao redor do mundo	Parcialmente sustentável; dependência de cooperação	Crise de sustentabilidade; complexidade administrativa crescente; preocupação com incidência política e	ULAC mais prática, próxima e útil tecnicamente	Contexto político nacional regressivo em relação a OSC e grupos vulnerabilizados; pressão administrativa crescente

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
Bolívia	Federação Nacional de Cegos da Bolívia (FENACIEBO)	Federação nacional	1954	Organização de pessoas cegas e com baixa visão	25 associações filiadas; alcance nacional	Parcialmente sustentável; dependência de cooperação	cooperação internacional Renovação geracional; fortalecimento de liderança; necessidade de profissionalização e	Intercâmbio regional, apoio para projetos e fortalecimento	Importância da unidade organizacional e territorialidade

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
Brasil	Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB)	Organização nacional unificada	2008	Organização de pessoas cegas e com baixa visão	Representação nacional; articulação política ampla	Politicamente sólida; economicamente incompleta	inserção laboral		
							Profissionalização do movimento; fundo de deficiência; sustentabilidade de diretorias	ULAC com memória, identidade e protagonismo regional	Caso emblemático de unificação política do movimento tiflológico
Chile	Corporação de Ajuda ao	Organização prestad	1980	Organização para	Alcance regional em	Modelo híbrido com	Inclusão laboral, reabilitaç	Redes de colaboração,	Tensão entre prestação

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
Colômbia	Limitado Visual (COALIVI)	ora de serviços	2008	pessoas cegas e com baixa visão	serviços especializados	receitas próprias e projetos	ão, digitalização, participação juvenil	capacitação e fortalecimento regional	de serviços e participação associativa
	Coordenadora Nacional de Organizações de Limitados Visuais (CONALIVI)	Coordenadora nacional		Organização de pessoas com deficiência visual	Aproximadamente 35 organizações filiadas	Dependente de projetos e cooperação	Incidência legislativa, investigação, empoderamento de mulheres e	Acompanhamento técnico, articulação e fortalecimento	Um dos casos mais sólidos em produção técnica e formulação de projetos

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
Costa Rica	Fundação para o Progresso das Pessoas Cegas (FUNDAPROGRECI)	Fundação	2000	Organização para pessoas cegas e outros grupos	Alcance nacional; programas culturais, educativos e tiflotécnicos	Parcialmente sustentável	alfabetização digital Excesso de regulamentação; obstáculos para importação do tiflotécnica; necessidade de centro regional de	Comunicação mais humana, articulação regional e apoio técnico	Estado altamente burocrático ; preocupação com controles e requisitos administrativos

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
							distribuição		
	Cooperativa Nacional de Cegos e Deficientes Visuais Vendedores de Loteria e Serviços Múltiplos (COOPECI VEL R.L.)	Cooperativa	1980	Organização de pessoas cegas e com deficiência visual vendedoras de loteria	Alcance nacional	Sustentável economicamente	Modelo cooperativo sólido; independência econômica	Vinculação regional e fortalecimento político	Caso excepcional de sustentabilidade financeira estruturada
Cuba	Associação Nacional	Organização	1975	Organização	Ampla estrutura	Sustentabilidade	Escassez de	Acesso regional a	Alta institucion

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
El Salvador	de Cegos de Cuba (ANCI)	nacional única	2012	de pessoas cegas e com baixa visão	territorial nacional	vinculada ao Estado	materiais tiflotécnicos; forte trabalho em esporte e reabilitação	ferramentas e cooperação	realização e forte articulação estatal
	Associação de Mulheres Cegas de El Salvador (AMUCES)	Associação nacional e de mulheres		Organizações de pessoas cegas e com baixa visão	Alcance nacional	Frágil	Excesso de regulamentação, dificuldades de sustentabilidade,	Maior acompanhamento técnico e político	Preocupação com controles estatais e pressão administrativa

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
	El Salvador	Associação nacional	2013	Organizações de pessoas cegas e com baixa visão	Alcance nacional	Frágil	tensão política		
							Liderança política, consulta, incidência legislativa, inclusão produtiva	Maior acompanhamento técnico e político	Organização de referência
Guatemala	Associação Nacional de Cegos da	Associação nacional	1966	Organização de pessoas cegas e com	Estrutura nacional com filiais	Parcialmente sustentável	Liderança política, consulta, incidência legislativa	Formação de lideranças e fortalecimento	Organização histórica vinculada à ULAC e à RIADIS

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
	Guatemala (ANCG)			baixa visão			, inclusão produtiva	ento regional	
	Associação Central de Cegos da Guatemala (ACCG)	Associação histórica	1945	Organização para pessoas cegas	Principalmente urbana	Limitada	Atenção e serviços históricos	Vinculação e fortalecimento	Organização histórica de referência
Honduras	União Nacional de Cegos Hondureños (UNCIH)	Organização nacional	1989	Organização de pessoas cegas e com	12 filiais	Dependente de subvenções e projetos	Empoderamento, inclusão laboral, reformas legislativas	Capacitação, articulação e apoio internacional	Importância de filiais territoriais e programas de emprego

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
				baixa visão			pendentes		
	Associação Nacional para o Desenvolvimento das Pessoas Cegas de Honduras (ANDEPCIH)	Associação nacional	2015	Organização de pessoas cegas	Principalmente urbana	Limitada	Incerteza orçamentária e mudanças governamentais	Proximidade e fortalecimento organizacional	Preocupação com redução de apoios públicos
México	Rede Nacional para a Inclusão	Rede nacional	2020/2024	Organização de pessoa	Integração interestadual;	Sustentabilidade baseada	Litígio estratégico, ativismo	Formação, assessoria e	Organização emergente com forte

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
	de Pessoas Cegas e com Baixa Visão (RENACBVI)			s cegas e com baixa visão	estrutura horizontal	em membros	digital, desafios fiscais e organizacionais	alianças regionais	ênfase em DDHH e tecnologia
Nicarágua	Organização de Cegos da Nicarágua "Marisela Toledo" (OCNMT)	Organização nacional	1983	Organização de pessoas cegas	Ampla desdobramento territorial	Dependente de cooperação e apoio estatal	Adaptação jurídica permanente; renovação geracional crítica	Fortalecimento organizacional e acompanhamento político	Contexto de alta pressão regulatória para OSC

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
Panamá	Organização de Cegos de Matagalpa "Luis Braille"	Organização territorial	1996	Organização de pessoas cegas	Trabalho comunitário rural	Limitada	Reabilitação comunitária e organização territorial	Formação e fortalecimento	Importância do trabalho rural e comunitário
	Patronato Luz do Cego	Patronato prestador de serviços	1991	Organização para pessoas cegas	Ampla infraestrutura e serviços	Relativamente sólida	Reabilitação, tiflotecnologia, inclusão laboral	Intercâmbio técnico e fortalecimento laboral	Um dos modelos mais institucionalizados da região

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
Paraguai	União Nacional de Cegos do Panamá (UNCP)	Organização nacional	1962	Organização de pessoas cegas	Representação nacional	Parcialmente sustentável	Participação política e reabilitação	Fortalecimento de incidência e cooperação	Organização histórica vinculada a processos de reabilitação
	Associação de Estudantes e Egressos Cegos Universitários (AEECUP)	Organização especializada	1984	Organização de pessoas cegas universitárias	Alcance nacional	Dependente de projetos	Educação superior e tiflotecnologia	Redes e fortalecimento acadêmico	Emergência do movimento universitário tiflológico

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
	União Nacional de Pessoas com Deficiência Visual do Paraguai (UNPDV)	Organização nacional	2016	Organização de pessoas cegas e com baixa visão	Principalmente centralizada	Muito limitada	Invisibilização, baixa infraestrutura tiflotécnica e liderança emergente	Proximidade e acompanhamento regional	Movimento organizativo jovem e em consolidação
Peru	União de Cegos da Região Inca (UCRI)	Organização regional	1989	Organização de pessoas cegas	Alcance regional; patrimônio próprio	Dependente de projetos	Cultura, braille, esporte, incidência e	Frequência de diálogo e fortalecimento	Organização territorial consolidada

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
	Comissão de Damas Invidentes do Peru (CODIP)	Organização de mulheres	1998/2007	Organização de mulheres cegas e com baixa visão	Descentralizada e móvel	Dependente de projetos	universidade Gênero, saúde sexual, capacidade jurídica e liderança	tiflotécnico Fortalecimento de agendas de mulheres e braille	Um dos movimentos de mulheres mais desenvolvidos regionalmente
República Dominicana	Fundação Dominicana de Cegos (FUDCI)	Fundação	1983/1984	Organização para	Principalmente urbana	Dependente de subvenção	Transparência, burocracia, perda de	Maior proximidade e proximidade	Forte dependência estatal

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
Uruguai				para pessoas cegas		de fontes públicas	cooperação internacional	de âmbito regional	
	Associação de Cegos do Cibao (ACICIRD)	Associação regional	2007	Organização de pessoas cegas	Região norte do país	Parcialmente sustentável	Inclusão laboral, formação e serviços gratuitos	Fortalecimento organizacional e regional	Resposta organizativa frente à centralização territorial
	União Nacional de Cegos do Uruguai (UNCU)	Organização nacional	1950	Organização de pessoas cegas	Ampla estrutura institucional	Relativamente sustentável	Retrocesso do braille, renovação de liderança	Horizontalidade e participação	Um dos casos mais profissionalizados da região

País	Organização	Tipo organizacional	Fundação	Natureza	Estrutura e alcance	Sustentabilidade	Principais descobertas	Expectativas em relação à ULAC	Observações técnico-políticas
		histórica					s e profissionalização	permanente	
Venezuela	Federação Venezuelana de Instituições de Cegos (FEVIC)	Federação nacional	1977/1980	Organização de segundo piso	15 afiliadas ativas	Altamente frágil	Crise econômica, perda de financiamento e conflitos internos	Mediação, fortalecimento e cooperação regional	Movimento histórico em resistência institucional e econômica

Anexo II. Descobertas estratégicas e oportunidades de fortalecimento regional para a ULAC

A presente matriz não constitui um plano de ação nem uma definição programática institucional. Seu propósito é recuperar, de maneira sintética, algumas das necessidades regionais identificadas a partir das descobertas descritas neste relatório, bem como possíveis linhas de trabalho que poderiam ser exploradas no futuro pela ULAC, suas filiadas ou futuras gestões regionais.

Capítulo	Descoberta principal	Implicação estratégica para a ULAC	Necessidade regional identificada	Possíveis mecanismos ou linhas de ação
I. Cartografia regional do movimento tiflológico	Existe uma ampla diversidade de organizações, trajetórias, capacidades e modelos de trabalho na região.	A ULAC requer fortalecer o conhecimento sistemático sobre suas organizações filiadas.	Informação atualizada sobre capacidades, fortalezas, serviços e áreas de especialização.	Observatório Organizacional da ULAC; diretório regional dinâmico; mapa de capacidades institucionais.
I. Cartografia regional do movimento tiflológico	Numerosas experiências exitosas permanecem pouco documentadas ou escassamente conhecidas fora de seus países de origem.	Desaproveitam-se oportunidades de aprendizado e cooperação técnica horizontal.	Intercâmbio sistemático de experiências e boas práticas.	Banco Regional de Experiências; repositório de boas práticas; seminários temáticos de intercâmbio.

Capítulo	Descoberta principal	Implicação estratégica para a ULAC	Necessidade regional identificada	Possíveis mecanismos ou linhas de ação
II. Sustentabilidade organizativa	A sustentabilidade financeira e institucional constitui uma preocupação transversal para grande parte das filiadas.	A fragilidade organizativa pode limitar a capacidade de incidência e continuidade institucional.	Fortalecimento organizativo permanente.	Programa Regional de Fortalecimento Organizacional; assistência técnica; formação em sustentabilidade e gestão institucional.
II. Sustentabilidade organizativa	Existe alta dependência do voluntariado e de lideranças específicas.	Risco de enfraquecimento ou descontinuidade organizativa.	Desenvolvimento de capacidades institucionais e mecanismos de governança.	Mentorias organizacionais; guias regionais de fortalecimento institucional; intercâmbio de modelos de gestão.
III. Memória e identidade organizativa	Existe risco de perda de memória histórica e experiência acumulada.	A região pode perder aprendizados construídos durante décadas.	Preservação da memória organizativa regional.	Arquivo Histórico do Movimento Tiflológico Latino-Americano; programa de história oral;

Capítulo	Descoberta principal	Implicação estratégica para a ULAC	Necessidade regional identificada	Possíveis mecanismos ou linhas de ação
				repositório documental regional.
III. Memória e identidade organizativa	A identidade coletiva se fortalece mediante a recuperação de experiências compartilhadas.	A memória pode se converter em uma ferramenta de coesão regional.	Sistematização permanente de aprendizados e experiências.	Coleção regional de experiências organizativas; publicações temáticas; testemunhos históricos.
IV. Tecnologia, inovação e futuro	A transformação digital gera oportunidades e riscos para as organizações e as pessoas filiadas.	A ULAC pode desempenhar um papel de acompanhamento frente a essas mudanças.	Democratização do acesso ao conhecimento tecnológico e à inovação acessível.	Comunidade Regional de Prática; laboratório de inovação; espaços de intercâmbio tecnológico.
IV. Tecnologia, inovação e futuro	As organizações enfrentam desafios similares	Existem oportunidades para construir respostas regionais compartilhadas.	Produção colaborativa de	Centro Regional de Conhecimento e Inteligência Coletiva;

Capítulo	Descoberta principal	Implicação estratégica para a ULAC	Necessidade regional identificada	Possíveis mecanismos ou linhas de ação
	relacionados à acessibilidade digital, inteligência artificial e automação.		conhecimento aplicado.	plataforma de consulta e intercâmbio entre filiadas.
V. Lideranças e renovação geracional	A renovação de lideranças aparece como uma preocupação recorrente.	A sustentabilidade futura do movimento depende da formação de novas gerações.	Formação política, técnica e organizativa contínua.	Escola NODO; programa regional de mentorias; rede de lideranças emergentes.
V. Lideranças e renovação geracional	Mulheres e juventudes demandam maiores espaços de participação e representação.	A diversidade fortalece a legitimidade e sustentabilidade do movimento associativo.	Participação efetiva de grupos historicamente sub-representados.	Programas específicos para mulheres e juventudes; mecanismos de participação regional; espaços de liderança temática.

Capítulo	Descoberta principal	Implicação estratégica para a ULAC	Necessidade regional identificada	Possíveis mecanismos ou linhas de ação
VI. Participação, incidência e espaço cívico	Observam-se desafios para a participação da sociedade civil e restrições ao espaço cívico em alguns contextos nacionais.	A incidência regional pode ser afetada por processos de regressividade democrática ou institucional.	Monitoramento regional de participação e incidência.	Sistema Regional de Alertas Precoces; observatório de participação e espaço cívico.
VI. Participação, incidência e espaço cívico	As organizações requerem respostas oportunas frente a ameaças ou retrocessos em direitos.	A solidariedade regional pode se converter em uma vantagem estratégica.	Coordenação e apoio mútuo diante de situações críticas.	Rede regional de resposta rápida; intercâmbio de estratégias de incidência; mecanismos de acompanhamento entre filiadas.
Descoberta transversal	Os desafios identificados são compartilhados por múltiplas organizações da região e excedem as	A ULAC encontra-se em posição de evoluir de um espaço de representação regional para uma plataforma de articulação, fortalecimento	Construção de infraestrutura regional permanente para o intercâmbio, a aprendizagem, a	Estratégia Regional de Fortalecimento do Movimento Tiflológico Latino-Americano; plataforma regional de conhecimento

Capítulo	Descoberta principal	Implicação estratégica para a ULAC	Necessidade regional identificada	Possíveis mecanismos ou linhas de ação
	capacidades de atuação isolada de cada filiada.	organizacional, produção de conhecimento e inteligência coletiva.	cooperação e a incidência.	compartilhado; sistema integrado de cooperação horizontal entre filiadas.